

ROTA SAGRADA 2.0: TRADIÇÃO, ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA.

Felipe Neris Torres de Souza¹

Diego Uchôa de Lima²

Thialita Emily Feitosa Fernandes³

Resumo

O presente relato de experiência tem como objetivo descrever o processo de idealização, planejamento e execução da Rota Sagrada: Tradição, Acessibilidade e Tecnologia, iniciativa desenvolvida por alunos do curso operador de Turismo receptivo do Senac Iguatu/CE, voltada à promoção do turismo acessível na cidade de Icó, Ceará. A proposta consistiu na criação de um circuito turístico planejado para atender pessoas com deficiência visual, integrando recursos como audiodescrição, folders ampliados e em braile, além do uso de um dispositivo tecnológico denominado Pulseguia, acoplado à bengala do usuário e conectado a pulseiras táteis que indicam, por vibração, a presença e a localização de barreiras físicas ao longo do percurso. O método adotado foi colaborativo, com pesquisas de campo, entrevistas, mapeamento de obstáculos urbanos e testes com usuários, envolvendo também instituições locais e especialistas em acessibilidade. Os resultados demonstraram não apenas a viabilidade técnica da proposta, mas também o impacto pedagógico e social gerado, tanto na formação crítica dos estudantes quanto na sensibilização da comunidade local sobre a importância da inclusão no turismo. Conclui-se que a experiência promoveu a articulação concreta entre tradição, acessibilidade e tecnologia, reafirmando o papel da educação profissional como mediadora de transformações sociais, e indicando caminhos para a replicação de ações similares em outros contextos educacionais e territoriais.

Palavras-chave: Turismo acessível, Educação profissional, Patrimônio histórico, Inclusão social, Tecnologia assistiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão, em seu sentido mais amplo, refere-se à construção de uma sociedade que reconhece, valoriza e respeita a diversidade humana, assegurando que todos os indivíduos independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, sociais, culturais ou econômicas possam participar plenamente da vida em sociedade, com igualdade de oportunidades. No campo do turismo, esse princípio se traduz na ideia de **turismo acessível**, um segmento que visa garantir que todas as pessoas possam usufruir das experiências turísticas com segurança, autonomia, conforto e dignidade.

No Brasil, país caracterizado por sua vasta diversidade cultural, paisagística e populacional, o desafio da inclusão no turismo é especialmente significativo. Apesar dos

¹ Graduação em Gestão de Turismo pela faculdade Cruzeiro do Sul, admfelipe.neris@gmail.com

² Graduando em Processos Gerenciais pela Universidade Federal do Cariri, admdiegouchoa@gmail.com

³ Operadora de Turismo Receptivo pelo SENAC CE, fernandesthialita@gmail.com

avanços legislativos, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), e de políticas públicas que reconhecem o turismo acessível como direito, ainda há consideráveis barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais que restringem a plena participação de pessoas com deficiência, idosos, pessoas com mobilidade reduzida ou com limitações temporárias.

Para transformar o turismo em um segmento verdadeiramente acessível e inclusivo, é necessário um conjunto articulado de ações envolvendo poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Nesse cenário, a tecnologia se apresenta como uma ferramenta de transformação. Aplicativos móveis, por exemplo, podem oferecer informações em tempo real sobre rotas acessíveis, descrever ambientes por meio de realidade aumentada ou inteligência artificial, fornecer audioguias georreferenciados ou permitir que pessoas com deficiência visual ou auditiva recebam informações em formatos adaptados. Além disso, sites e plataformas de turismo devem obedecer aos princípios do Design Universal, garantindo navegação inclusiva para todos.

Iniciativas como o Turismo 4.0, que integra tecnologia digital, big data e inteligência artificial ao planejamento turístico, podem ser direcionadas para promover a inclusão. Dados de geolocalização, por exemplo, podem ser usados para mapear pontos turísticos acessíveis; dispositivos vestíveis e sensores podem auxiliar na locomoção de pessoas com deficiência; e plataformas baseadas em algoritmos podem personalizar experiências conforme o perfil de cada visitante.

A integração entre turismo, acessibilidade e tecnologia não apenas amplia o acesso de milhões de brasileiros às experiências culturais e de lazer, como também impulsiona a economia, ao inserir um público historicamente negligenciado no mercado consumidor de viagens.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O desenvolvimento da Rota Sagrada: Tradição, Acessibilidade e Tecnologia configuram-se, portanto, como um relato de experiência formativa que ultrapassa os limites da sala de aula tradicional, consolidando-se como prática pedagógica inovadora e socialmente engajada. Elaborado por alunos do curso Turismo do Senac Iguatu/CE, o projeto nasceu da inquietação acadêmica diante das barreiras vivenciadas por pessoas com deficiência no acesso a bens culturais e turísticos, especialmente em cidades históricas como Icó CE, onde o traçado urbano e as edificações coloniais frequentemente impõem obstáculos à mobilidade e à fruição plena do espaço.

A experiência foi construída de forma coletiva e interdisciplinar, articulando conhecimentos teóricos sobre acessibilidade, patrimônio histórico, roteirização turística e tecnologias assistivas. Durante as etapas de planejamento, os alunos realizaram pesquisas de campo, mapeamento de barreiras arquitetônicas, entrevistas com pessoas com deficiência e testes com protótipos, o que permitiu a construção de um roteiro sensível às especificidades desse público. O uso do Pulseguia, por exemplo, foi resultado da adaptação de soluções tecnológicas existentes, integradas com os princípios do design universal e da mobilidade assistida.

Além do desenvolvimento técnico, os discentes vivenciaram um processo de ressignificação de sua prática profissional, passando a compreender o papel do profissional de turismo como agente de transformação social. O projeto exigiu sensibilidade, empatia, capacidade de escuta e disposição para o diálogo com realidades muitas vezes invisibilizadas. Também foi fundamental a colaboração com instituições locais, como associações de pessoas com deficiência, paróquias, e órgãos de preservação do patrimônio, o que conferiu legitimidade e enraizamento comunitário à proposta.

A implementação da rota não apenas proporcionou acesso ampliado à cultura e à história local para pessoas com deficiência visual, mas também contribuiu para sensibilizar a população e os gestores locais sobre a importância da acessibilidade no planejamento urbano e turístico. O impacto da experiência reverberou nos próprios estudantes, que puderam apresentar o projeto em feiras, eventos acadêmicos e seminários, fortalecendo sua identidade profissional e ampliando suas perspectivas de atuação no mercado.

A Rota da Inclusão consiste em um circuito que percorre o principal marcos históricos e arquitetônicos de Icó, como suas igrejas barrocas, casarões coloniais e espaços culturais. O diferencial da proposta reside na forma como o percurso foi estrategicamente planejado para atender às necessidades de pessoas com deficiência visual, por meio de recursos que integram acessibilidade comunicacional, física e tecnológica.

Entre os recursos adotados, destacam-se:

- Roteiros com audiodescrição, que permitem ao visitante cego ou com baixa visão compreender as características arquitetônicas, históricas e simbólicas de cada edificação;
- Fôlderes ampliados e versões em braile, que asseguram a acessibilidade informacional a diferentes perfis de turistas;
- E, sobretudo, o uso do Pulseguia, um dispositivo tecnológico acoplado à bengala do turista com deficiência visual. O Pulseguia se comunica com pulseiras táteis, que emitem vibrações conforme a proximidade de barreiras físicas ao longo do trajeto. Caso o

obstáculo esteja à direita, a vibração será no braço direito; se à esquerda, a sinalização ocorrerá no braço esquerdo, permitindo uma navegação mais segura, intuitiva e autônoma.

Essa experiência representa um marco na articulação entre turismo acessível e inovação pedagógica, uma vez que foi desenvolvida por estudantes em formação, dentro de um processo educativo alinhado às diretrizes da educação profissional cidadã e inclusiva. Além disso, ao centrar-se na cidade de Icó um dos conjuntos urbanos mais antigos e relevantes do Ceará o projeto também assume uma dimensão de resgate e valorização da memória histórica e da identidade cultural.

Nunca, na história recente do turismo cearense, viu-se a confluência tão harmônica entre tradição, inclusão e tecnologia. O que antes era reservado a poucos, torna-se agora uma experiência acessível a todos, reafirmando o papel do turismo como vetor de cidadania. A Rota da Inclusão é, portanto, não apenas um itinerário geográfico, mas também um trajeto ético e social, que aponta para um modelo de desenvolvimento turístico mais justo, empático e comprometido com os direitos humanos.

Essa iniciativa deve servir de inspiração para políticas públicas, instituições de ensino e gestores culturais, demonstrando que a acessibilidade não é um obstáculo ao turismo patrimonial, mas uma possibilidade de ampliação de seus sentidos, públicos e finalidades. Afinal, uma sociedade verdadeiramente inclusiva se constrói quando todos podem caminhar, juntos, pelo patrimônio que é de todos.

REFLEXÕES

A implementação da Rota, revelou-se uma experiência formativa densa, que mobilizou não apenas saberes técnicos, mas também competências éticas, sensíveis e interdisciplinares. A proposta, voltada à criação de um roteiro acessível para pessoas com deficiência visual na cidade histórica de Icó – CE, evidenciou diversos desafios que demandaram estratégias criativas e colaborativas para sua superação.

Um dos principais desafios enfrentados foi o encontro entre o patrimônio histórico e as exigências da acessibilidade física. O traçado urbano, predominantemente colonial, com calçamentos irregulares, ausência de sinalização tátil e barreiras arquitetônicas, impunha limites reais à circulação de pessoas com deficiência visual. Como destaca Sassaki (2010), a acessibilidade deve ser pensada como um conjunto de soluções integradas, e não apenas como adaptações pontuais. Diante desse impasse, a estratégia adotada foi a resignificação do percurso turístico, priorizando locais com menor complexidade de acesso e complementando a experiência com recursos tecnológicos de compensação sensorial, como o dispositivo Pulseguia.

Outro ponto crítico diz respeito à formação inicial dos estudantes, que, embora dominassem os fundamentos da roteirização turística, ainda apresentavam lacunas no que concerne à acessibilidade e às tecnologias assistivas. A solução encontrou respaldo na adoção de uma abordagem pedagógica ativa, fundamentada em Freire (1996), que defende a prática educativa como processo dialógico e problematizador. Oficinas práticas, visitas técnicas com usuários reais e interlocução com associações locais de pessoas com deficiência permitiram aos discentes compreender as necessidades do público-alvo a partir da escuta sensível e da experiência concreta, o que os levou a uma aprendizagem significativa e transformadora.

No plano teórico-prático, houve uma convergência importante entre os conceitos de Turismo Social, Turismo Acessível e Design Universal, conforme delineado por Ruschmann (2012), ao enfatizar que o turismo deve ser um direito de todos, e não um privilégio de poucos. A tecnologia, nesse contexto, não foi compreendida como fim em si mesma, mas como mediação instrumental da cidadania, o que se alinha às diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Por outro lado, a experiência revelou divergências entre a legislação e a realidade empírica. Apesar das normativas brasileiras como a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) assegurarem o direito ao acesso à cultura e ao lazer, ainda há ausência de infraestrutura e escassa adesão institucional local à agenda da inclusão, o que impõe limites à escalabilidade de propostas como a Rota da Inclusão.

Apesar dos desafios, o impacto da experiência foi significativo. Para os estudantes, houve fortalecimento da identidade profissional, maior compreensão do papel social do turismo e apropriação de uma perspectiva crítica e inclusiva da prática turística. Para a comunidade local, sobretudo para os grupos historicamente excluídos, a rota proporcionou acesso ampliado ao patrimônio, reconhecimento da diversidade de públicos e sensibilização social quanto à importância da acessibilidade.

A Rota da Inclusão emerge, assim, como um exemplo concreto de que a interseção entre tradição, inclusão e tecnologia é possível e desejável, desde que seja mediada por uma educação técnica crítica, centrada na dignidade humana e no compromisso com a transformação social.

APRENDIZADOS

A vivência no desenvolvimento proporcionou lições significativas, tanto no plano individual quanto coletivo. Para os alunos envolvidos, a experiência representou uma oportunidade concreta de ressignificar o próprio papel como futuros profissionais do turismo, despertando uma consciência crítica acerca da importância de atuar com responsabilidade

social e sensibilidade diante das diversidades humanas. Ao lidar diretamente com as demandas específicas de pessoas com deficiência visual, os estudantes foram desafiados a romper com visões convencionais sobre roteirização turística e a buscar soluções criativas, funcionais e eticamente orientadas.

No plano subjetivo, houve um amadurecimento perceptível no que se refere à empatia, à escuta ativa e ao compromisso com a acessibilidade como direito e não como concessão. Os alunos passaram a compreender que o turismo não pode ser pensado apenas como produto ou serviço, mas como prática cultural que deve incluir a todos, valorizando as diferenças e promovendo equidade. A produção de materiais em braile, a audiodescrição dos espaços e a utilização de um dispositivo tecnológico para navegação segura foram estratégias que não apenas resolveram obstáculos técnicos, mas também promoveram uma mudança de mentalidade e de postura profissional.

Coletivamente, a experiência também repercutiu de forma positiva na comunidade e na instituição. A população local foi sensibilizada para a importância da acessibilidade nos espaços públicos, e os gestores culturais passaram a enxergar a possibilidade real de integrar tecnologia, patrimônio e inclusão em uma mesma proposta. A atuação dos estudantes estimulou o diálogo com diferentes setores sociais e reforçou o papel da educação profissional como agente articulador de mudanças significativas. A rota, ao valorizar elementos da tradição icoense sob uma perspectiva acessível, reafirmou a importância da cultura como bem comum.

Como consequência direta desse processo, consolidou-se um ambiente de aprendizagem em que teoria e prática se complementam de maneira orgânica, e os alunos tornaram-se protagonistas de uma proposta com potencial de impacto social. A experiência indicou que a formação técnica pode e deve incorporar desafios reais, dialogar com a comunidade e promover soluções concretas que contribuam para a transformação do território. Mais do que uma atividade de conclusão de módulo, o projeto consolidou-se como um marco simbólico e prático de que é possível construir um turismo mais justo, inclusivo e inovador, desde que se priorize a escuta, a participação e a dignidade humana em todas as etapas do processo.

CONCLUSÃO

A experiência de concepção e implementação evidenciou a potência formativa de práticas pedagógicas integradas à realidade social e cultural do território. A atividade revelou que o turismo, para além de seu caráter econômico, pode e deve ser compreendido como instrumento de cidadania, capaz de promover inclusão, valorização da diversidade e

reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. O uso de recursos tecnológicos, como o dispositivo Pulseguia, demonstrou que a inovação, quando orientada por princípios de equidade, torna-se uma ferramenta efetiva na superação de barreiras físicas e comunicacionais, ampliando o acesso à cultura e à história.

Como síntese dos aprendizados, destaca-se a importância de inserir os princípios da acessibilidade desde a formação técnica, estimulando nos estudantes uma postura proativa diante dos desafios sociais. Recomenda-se, portanto, que experiências similares sejam incentivadas em outros cursos e contextos, com o fortalecimento de parcerias intersetoriais, escuta ativa das comunidades envolvidas e compromisso institucional com a inclusão.

A Rota Sagrada reafirma que um turismo mais justo e acessível não é apenas possível, mas necessário. Sua concretização depende do entrelaçamento entre conhecimento técnico, sensibilidade humana e vontade política, configurando-se como caminho viável para a construção de uma sociedade mais plural, solidária e comprometida com os direitos de todos.

REFERENCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo social e inclusão:** uma nova visão do turismo. Campinas: Papirus, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.